



Cidades atentas ao seu “skyline”

Mário Duque*
hoje@macau.ctm.net

Do Plenário da Assembleia Legislativa do dia 12 de Junho, recorda-se a expressão que a “linha de contorno da cidade pertence à população e não ao governo” e nesse sentido concorrem diversas categorias de conteúdos que fazem parte da nossa relação com cidades.

“A linha de contorno da cidade “ é a silhueta que a cidade revela contrastada com o céu e é também um recorte que incluiu muitos dos sinais conspícuos, inequívocos e expressivos que resultam da morfologia de uma determinada cidade, por isso únicos e exclusivos dessa cidade.

Na gíria, não só profissional, essa linha designa-se frequentemente por “*skyline*” e funciona como o bilhete de identidade ou o código gráfico de uma cidade.

Por isso, é perfeitamente possível identificar a que cidade pertence determinada silhueta, por via daquilo que conhecemos da morfologia dessa cidade e que se revela nessa linha.

Se for essa a nossa cidade, admite-se perfeitamente que essa linha seja também um sinal com que nos identificamos. Aí reside o lado sentido da expressão de que “a linha de contorno da cidade pertence à população”.



Uma cena cinematográfica recorrente do sentido afectuoso dedicado ao “skyline” é o navio com imigrantes europeus a bordo, ao aproximar-se da cidade de Nova Iorque, no exacto momento em que se revela a silhueta inconfundível de Manhattan por detrás da bruma do Atlântico e ocasião em que no navio inteiro se grita “América”. Cidade que sequer era a daqueles imigrantes, mas território a que estavam predispostos aderir.

Essa capacidade de atribuir a uma linha todo o significado que emana de uma cidade em termos pessoais, sociais e civilizacionais, quando a linha somente exhibe características orográficas (relevo) e urbanísticas (relevo edificado) desse território, forma por si uma “figura de linguagem”. O mesmo que o escritor apela no leitor, usando “figuras de estilo” e outros recursos linguísticos, para realçar uma ideia ou emoção.

Em Arquitectura e Urbanismo, aplicam-se alguns “recursos de linguagem” com semelhança aos da literatura. Hoje já não tanto em associação com a monumentalidade, mas ainda usos frequentes e óbvios por via de simples efeitos chamados “sinestésias”. As “figuras de linguagem” de que fazem parte as sugestões sensoriais, pelo facto que a percepção do espaço é predominantemente um experiência sensorial.

Por isso, admite-se que a presença de água a correr, ou de vegetação, estimule a sensação de fresco e de conforto, mesmo que o termómetro marque exactamente a mesma temperatura que

em qualquer outro ponto da cidade que não tenha os mesmos atributos ambientais.

Já a “figura de linguagem” a que corresponde o “skyline” pertence às “figuras” que servem para aceder conteúdos por via da relação, ou do conhecimento particular, que já temos desses conteúdos. Sem isso a “figura” não funciona.

O “skyline” acede ao conteúdo extenso e complexo de uma determinada cidade, por via de um registo simples, mas significativo, da cidade inteira.

Do mesmo modo que dizemos “ganhar o pão”, por mera figura de retórica, quando queremos antes dizer “ganhar todo o sustento” que é obviamente mais que só “o pão”.

O que surge na linha de contorno da cidade são sinais cujo significado é sempre muito mais do que as particularidades morfológicas que a linha revela do território, podendo nalguns casos ganhar mesmo contornos de manifesto.

A silhueta da cidade de Taipé significa certamente egotismo por exibir o edifício mais alto do mundo.



A silhueta de Nova York significa necessariamente horror a quem note onde faltam as Torres Gémeas do World Trade Centre.



A silhueta de Pyongyang só pode significar megalomania, ostentação e inutilidade, exibindo o contorno piramidal do Hotel Ryugyong, o edifício que seria o mais alto do mundo, mas que teve a construção suspensa em 1992 no piso 105 por falta de financiamento e de incerteza nos standards de segurança. Isto num país que na altura já dependia da ajuda alimentar externa.



Na história das cidades também não se conhece tradição de planeamento que se tenha orientado pelo comando e controlo dos aspectos particulares da silhueta da cidade. Os instrumentos de planeamento eram geralmente planimétricos (organizando a ocupação no chão), eventualmente altimétricos (para avaliar das sua repercussões volumétricas) e eram apenas esses os instrumentos de desenho necessários a intervenções que se mantinham próximo de uma tradição construtiva.

Conhecem-se todavia gravuras antigas de silhuetas de cidades, mas que não eram os desenhos de construção dessas cidades, antes registos monográficos para relatar o que nessas cidades existia e que formaram e divulgaram a marca dessas cidades à data.



Conhecem-se também alguns casos de cidades, ou troços de cidades que foram desenhadas em perspectiva. Não dos avistamentos que as cidades revelam de si à distância, mas de avistamentos que as cidades possibilitam do seu interior como se de uma pintura ou um cenário urbano se tratassem.



Mas esse também é um atributo que raras vezes se considera prioritário, principalmente quando a cidade é vista como um organismo funcional, quando a cidade, por si só, já é feita de preexistências demasiado condicionantes e quando as pressões sobre o espaço urbano são já difíceis de gerar compromissos satisfatórios.

Por isso, a silhueta da cidade tem sido um resultado fortuito, embora em alguma medida previsível, um pouco como a vida dos humanos, revelando no seu contorno aspectos e momentos da sua configuração morfológica, económica e social.

Também por ser uma marca que reúne aspectos afectuosos, por via da busca na internet do descritor exacto “*most beautiful skyline in the world*”, encontram-se cerca de 300 artigos, só na língua inglesa, todos reclamando esse atributo pertencer à cidade com que o artigo tem afinidade.

Não sendo o “skyline”, em si, um alcance de planeamento, passou todavia a ser um instrumento de monitorização indispensável, que assiste ao planeamento, para avaliação das novas intervenções que vão surgindo nas cidades.

Monitorização, desde o último decénio do século XX, passou a ser a palavra chave e uma tarefa essencial dos estados. Não só em relação aos indicadores económicos e aos que caracterizam o tecido social, como também imprescindivelmente num cenário de declínio ambiental, nomeadamente face à constatação que todos os indicadores a nível global apresentam declínios mais adiantados em relação a qualquer prognóstico já equacionado no passado.

Em presença está naturalmente a aceleração da economia global, a adesão indiscriminada das mesmas soluções à esfera global, potencializadas por capacidades técnicas e financeiras mais eficazes, capazes de rapidamente substituir toda a lógica e equilíbrio, físico e social, dos lugares, antes mesmo de haver tempo de as avaliar.

E porque os modelos de edifícios e as tipologias da construção passaram a ser indistintos da latitude terrestre para onde estão vocacionados, emerge também a necessidade de monitorizar os balanços de energia desses edifícios, a massa radiadora da edificação, da superfície de pavimentação e de impermeabilização, assim como da capacidade reflectora das fachadas espelhadas desses edifícios, no sentido de quantificar, avaliar e implementar medidas que mantenham a irradiação no meio urbano dentro de níveis aceitáveis.

Monitorizar, será também o último reduto das obrigações que recaem sobre as administrações públicas que optam por encarregar a iniciativa privada de assegurar bens públicos tais como urbanização.

Monitorização tem ainda a capacidade de acautelar, ainda em fases precoces de uso, aquilo que possa não ter sido contemplado em fase de plano.

Por se conhecer como a RAEM é tendencialmente avessa a um sentido de programação urbana, tendência que, mesmo que se altere, terá resultados demasiado futuros para poderem assistir às transformações em curso, só ocorre ser por via de monitorização do ambiente urbano que seja possível estabelecer e antecipar equilíbrios e consensos.

Algumas das medidas conhecidas em âmbito de monitorização da paisagem urbana já estão implementadas em algumas cidades na forma de rotinas.

Dessas medidas fazem partes maquetas gerais da cidade onde são actualizadas as intervenções já

realizadas, assim como se ensaiam as intervenções propostas, para antecipadamente se poder avaliar o seu enquadramento nesse modelo à escala, que tanto serve para avaliação técnica como para consulta pública.

Em Pequim, logo que houve necessidade de ponderar todas as intervenções urbanas associadas à realização dos Jogos Olímpicos de 2008, estabeleceu-se um centro onde decorre a “Exposição do Planeamento de Pequim”, um edifício localizado junto à porta de Qianmen, que simultaneamente acolhe discussões técnicas dos directos intervenientes nessas decisões como também serve de demonstração e de divulgação do que está em curso.

No seu salão principal existe uma maqueta à escala 1:750 onde é possível prever todas essas realizações, enquadradas por uma fotografia aérea que completa o resto da cidade. No total são 300m2 onde é possível percorrer, sobre um vidro, qualquer ponto daquela cidade em miniatura. Segundo o curador desta exposição, foi tarefa que envolveu 150 maquetistas com um encargo de 4.000.000 yuan.



Outra medida conhecida em âmbito de monitorização da paisagem urbana é exactamente o “skyline”.

Várias cidades já têm hoje o seu prognóstico de como esse “skyline” se apresentará daqui a alguns anos e muitos dos projectos que figuram nesse prognóstico de “skyline” foram previamente avaliados à luz desse resultado, antes mesmo de terem a sua aprovação definitiva.

Toronto – skyline previsto para 2010



Londres – skyline previsto para 2012



Melbourne – skyline previsto para 2020



Este cuidado de monitorização, e de antevisão, só pode significar que existe uma expectativa qualitativa na evolução do “skyline” das cidades.

Mas também é verdade que muitos dos atributos da paisagem urbana acabam por se revelar de forma imprevisível, dependendo também de alguma atenção e predisposição nossa para captar o que

nos rodeia e que muitas vezes se apresenta de uma forma não programada.

São, por exemplo, os espectáculos de fogo de artifício na Baía da Praia Grande que se reflectem nos novos edifícios espelhados da frente litoral, ganhando um efeito de ampliação e de multiplicação de imagens, ou mesmo, a cor vermelha, fortemente incandescente,



que da Taipá se vê formar sobre a fachada do hotel Lisboa ao fim da tarde, que à distância não ocorre o que seja, mas que não é mais que a reflexão do sol sobre a superfície côncava da fachada do hotel Wynn, funcionando como um espelho côncavo gigante que ilumina e modifica com a cor da fachada do hotel Lisboa.

Admite-se que muita da discussão que evolue em Macau sobre planeamento urbano origina-se em informação não homologada, que se obtém por conhecimento disperso ou por via da publicidade imobiliária, a qual usa esquemas e vícios próprios de gerir mensagens e conteúdos gráficos.

As reacções surgem tendencialmente na forma de suspeição, sem sequer se valorizar a razão porque tendencialmente se suspeita.

A gestão oficial dessas discussões também é quase exclusivamente administrativa e burocrática, concentrando a discussão na forma do procedimento e afastando o conteúdo da discussão para um foro técnico e científico que transcende sempre os interlocutores.

Ocorre que muita da polémica que se levanta em relação ao urbanismo da cidade fosse sanável se a informação que se analisa fosse a homologada e não outra. Fosse a mesma informação que resulta do trabalho e da análise dos técnicos no âmbito do que têm em curso. Tivesse a utilidade de existir reunida numa síntese actualizada e continuamente disponível em exposição.

O mesmo é dizer, permanente disponível ao contacto e à opinião do público, e onde pudesse ter lugar todas as discussões achadas necessárias e oportunas, na presença dos próprios técnicos, dos seus instrumentos de trabalho e de modelos exemplificativos capazes de elucidar sobre os seus objectivos.

Medidas que permitem apaziguar e analisar de forma participada as condições em que “os projectos para essas zonas podem ser alterados” com a evidência de que isso não acontece “arbitrariamente”, mas antes por via de análise e demonstração de modelos que resultam exactamente da “ponderação do impacto paisagístico dessas obras”.

Também que o limite da altura não é “uma questão subjectiva que deve ser deixada ao interesse de cada um” (de cada investidor), assim como, quem “não está preocupado com a linha de contorno” de uma cidade não ocorre que partilhe grande identidade com essa cidade, citando aqui as preocupações dispersas dessa sessão legislativa de 12 de Junho.

Naturalmente que se compreende o alcance da expressão “a linha de contorno da cidade pertence à população” como se admite que essa linha até tem capacidade de reflectir a identidade e a confiança da mesma população nos actos de gestão pública.